

**GÊNERO/SEXO/SEXUALIDADE:
UM ESTUDO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Amanaiara Conceição de Santana Miranda
Universidade Federal da Bahia
amanaiaramiranda@ig.com.br
Ângela Maria Freire de Lima e Souza
Universidade Federal da Bahia
freiredelimaesouza@gmail.com

O 9º Seminário LGBT do Congresso Nacional deste ano (2012) teve a peça publicitária com a temática:



RESPEITO À
DIVERSIDADE
SE APRENDE NA INFÂNCIA

9º Seminário LGBT do Congresso Nacional

**Sexualidade, papéis de gênero e educação
na infância e na adolescência**

15 de maio, terça-feira, das 9 às 17h30, nos Plenários 8 e 9 das Comissões

Comissão de Direitos
Humanos e Minorias

Comissão de Legislação
Participativa

Comissão de Educação
e Cultura



A referida peça publicitária nos mostra como é indispensável na contemporaneidade, que as escolas responsáveis pela educação infantil agreguem ao trabalho pedagógico com

crianças temáticas que lhes proporcionem conviver com a diversidade de forma respeitosa, já que desde muito cedo o indivíduo solidifica a sua formação social em contato com o outro. E considerando como é que os indivíduos se formam como sujeitos é importante pensar que,

O momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independente de desenvolvimento, convergem. (VIGOTSKI, 2007, p. 11-12)

O interesse por articular o tema gênero e sexualidade surgiu porque presenciamos constantemente a resistência da efetivação da educação sexual na prática escolar, bem como a reprodução/naturalização dos papéis e atributos de gênero nos conteúdos ministrados em sala de aula.

A construção do referencial teórico exige, em seu primeiro momento, uma abordagem histórica sobre a elaboração do sistema sexo/gênero/sexualidade. O conceito das dimensões em que se revela o referido sistema permitirá à pesquisadora uma possibilidade de percepção mais consistente no momento da interpretação dos dados empíricos que, neste caso, serão as representações sobre as três categorias e como estas se articulam no ambiente escolar.

Thomas Laqueur, (2001, p. 16-17) diz que durante muitos anos acreditou-se que mulheres e homens eram iguais, a única diferença era que nas mulheres a genitália ficavam para dentro do corpo. A vagina era classificada como um pênis interno e invertido. Nos anos finais do século XVIII alguns estudiosos, a exemplo de Roussel, Thompson e Geddes, dentre outros começaram a falar sobre as diferenças entre homens em relação às mulheres, explicitando inclusive que as diferenças não eram só físicas, mas também moral. É importante ressaltar que esses estudos hierarquizam as diferenças, colocando os homens em grau de superioridade em relação às mulheres. No século XIX, já apareciam os estudos que aprofundavam as diferenças, destacando-as não apenas a partir do que era observável nos corpos visíveis, mas também em seus blocos microscópicos. O professor de biologia Patrick Geddes, através da fisiologia celular tentava explicar a razão pela qual as mulheres seriam “mais passivas, conservadoras, ociosas, apáticas e inconstantes” do que os homens. Ele achava que as células femininas eram anabólicas: armazenavam e conservavam energia. E os homens eram constituídos de células catabólicas, células que desprendiam energia. Geddes admitia que não conseguia construir totalmente a ligação entre as diferenças biológicas e as

diferenças psicológicas e sociais, mas mesmo assim justificava os papéis culturais de homens e mulheres.

A biologia no início do século XVIII, em busca do conhecimento sobre os fenômenos da vida e nesse contexto, procurando esclarecer as ideias sobre as diferenças entre os sexos, emergiu quando as fundações da velha ordem social foram abaladas. Assim mudanças nos campos social e político não foram as únicas explicações para a reinterpretação dos corpos. A teoria política do iluminismo, a consolidação da religião protestante, novos modelos de espaços públicos, as ideais de casamento como um contrato de autor Locke, as possibilidades catastróficas de mudanças sociais ditadas pela Revolução Francesa, o conservadorismo e feminismo pós-revolucionário, a organização das fábricas com sua reestruturação da divisão sexual do trabalho, o aparecimento do livre mercado de serviços ou produtos, o surgimento de classes, nenhum desses aspectos individualmente ou em conjunto causou o nascimento de um novo corpo sexuado. Thomas Laqueur (2001)

E se até aqui falamos de sexo e ainda não chegamos a gênero não podemos deixar de pensar nas evidências históricas que pegam o conteúdo biológico do sexo e o transforma em diferenças culturais. Então pensemos,

“... que quase tudo que se queira dizer sobre sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contei em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo, tanto no mundo de sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero poder – nós nos mantemos em suspenso entre o corpo como uma massa de carne extraordinariamente frágil, sensível e passageira, que todos nós conhecemos bem – bem demais – e o corpo tão profundamente ligado aos significados culturais que não é acessível sem mediação”. (LAQUEUR, 2001, p.23)

Assim, a famosa frase de Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher torna-se mulher” reflete esta percepção de que as diferenças e seus desdobramentos constituem uma construção social. A concepção da construção social do corpo, não pretende negar as diferenças biológicas que aparecem na anatomia humana. De fato, essas diferenças biológicas não definem o comportamento humano, pois o corpo não vive fora de uma realidade social. Esta ideia do corpo atravessado pelo social é evidenciada nos estudos da antropóloga Margaret Mead (2006). Na pesquisa feita em três sociedades: os Arapesh, Mundugumor e Tchambuli, a referida pesquisadora analisa como as culturas são incorporadas nos corpos sexuais de homens e mulheres.

Apesar de a obra de Mead ter uma relevância fundamental para iniciar a discussão sobre o não essencialismo, pois a mesma atribui à cultura o fundante para a formação do que seria ser homem ou mulher, e não aos atributos biológicos, não se percebe uma análise explicativa para a opressão das mulheres. Ela apenas aponta a necessidade de entender a origem das diferenças padronizadas entre homens e mulheres, pois nas três sociedades estudadas a mulher é, em maior ou menor grau, subordinada ao homem.

Nesse contexto, se impõe uma questão fundamental: qual a relação de sexo e gênero? Em 1975, Gayle Rubin estabelece o sistema sexo/gênero, em que afirma ser o sexo a base que assegura os significados culturais. O “sistema sexo/gênero”: conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas. “Os sistemas sexo/gênero não são produtos não históricos da mente humana; são produtos da atividade humana histórica” (p. 2). Esse sistema coloca a sexualidade como produto da atividade humana, ficando o corpo praticamente ocultado.

O conceito de gênero é agregado aos estudos sobre a mulher, com o objetivo de relatar que as diferenças localizadas no campo biológico refletem no campo social, estabelecendo as desigualdades entre homens e mulheres.

Partindo do pensamento de Joan Scott que descreve gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas em diferenças aceitas entre os sexos onde estão envolvidas as relações de poder. Para a autora,

“... o gênero é uma forma primária de dar significação às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas”. (SCOTT, 1995, p.88)

Donna Haraway no texto *Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra*, ainda sinaliza que o gênero associado a outros marcadores sociais como raça/etnia e classe adquirirá outros significados, pois se acentua quando atravessado por estes.

Para Judith Butler (2003) gênero como culturalmente, construído, diferente do conceito de sexo, como naturalmente adquirido formaram uma combinação sobre a qual as teorias feministas se embasaram para desnaturalizar o que o senso comum associava ao feminino os aspectos inferiores ao masculino. Na tentativa de desmontar a dicotomia sexo/gênero, a antropóloga considera que não é a biologia, mas sim a cultura que se torna destino. Ela também pondera que a teoria feminista não problematizou outro considerado natural: gênero e desejo. O sexo sempre pode ter sido gênero. Sob essa perspectiva, a distinção entre gênero e sexo nunca existiu. Na sua contestação o sexo é cultural e discurso assim como o gênero. Segundo Butler, se aceitarmos o gênero como algo construído e sexo como natural, também estaríamos aceitando que o sujeito é composto por uma essência. Se existir uma essência teremos que aceitar um eu verdadeiro revelado em sexo, gênero e desejo.

No livro Problemas de gênero, Butler ao indagar quando é construído o gênero, vai desconstruindo várias teorias feministas sobre o aspecto em questão. Estabelecendo interlocuções com diversas autoras, como por exemplo Simone de Beauvoir, partindo da frase “A gente não nasce mulher, torna-se mulher”, ela aponta para uma antecipação de que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea. O gênero seria um fenômeno variável e contextual, não sendo atributo de uma pessoa, não existindo uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero, mas sim que a identidade é performativamente organizada.

No cotidiano, as representações de gênero são sempre associadas na nossa sociedade a um discurso essencialista. A escola também se filia a este pensamento já que se constitui um momento da convivência humana.

A escola é um espaço ideal para problematizar a reprodução das diferenças, pois ela é uma instituição importante para produzir transformação, inclusive no tocante às diferenças de gênero, criando momentos de discussão que explicitamente tragam à reflexão crítica sobre preconceitos, rótulos e atitudes discriminatórias.

O mundo de mulheres e homens demarcados por relações dicotômicas e assimetrias de gênero, contribui de modo marcante, para a formação das identidades, delineando comportamentos considerados “normais” no dia a dia tanto em nível social quanto pessoal implicando necessariamente em questões referentes à sexualidade. Vale ressaltar que

cotidianamente a discussão sobre sexualidade é reduzida a aspectos da reprodução humana e prevenção de doenças.

Sexualidade e reprodução são processos que se expressam graças a órgãos específicos do ser humano e, por isso, tem uma estreita relação, mas não significam a mesma coisa. Reprodução é o processo pelo qual a vida é gerada [...] Sexualidade é muito mais do que ter um corpo apto para procriar e apresentar desejos sexuais; pressupõe intimidade, afeto, emoções, sentimentos e bem-estar individual decorrentes, inclusive, da história de vida de cada pessoa. (FAGUNDES, 2005, p.14)

Para Guacira Louro, (2007) sexualidade pode ser vista como invenção social. Ela é constituída partindo de diferentes discursos sobre o sexo: discursos que regulam, normalizam e instauram saberes, produzindo “verdades” e que estão impregnados de questões de gênero.

E ao falarmos em “verdades” e como ela atua incondicionalmente na vida dos sujeitos principalmente em seres em desenvolvimento como são as crianças devemos refletir sobre práticas de si. Para Michel Foucault práticas de si é uma expressão que designa o fato de que as ações do sujeito são percebidas por ele mesmo como criação sua quando, na “verdade” essas condutas são determinadas conforme os valores e as regras estabelecidas socialmente. Em toda prática ou atitude há um saber e o corpo é que servirá como base para os saberes sobrevirem. É um saber que ao ser tomado como verdade torna-se parte do corpo, mas que só ganha vida no campo da experiência, quando é tomado como “verdade” e ao ser efetuado como prática própria, como prática de si.

Nesse sentido, as pessoas, desde a infância, são convidadas a se ajustarem às normas determinadas socialmente. O sexismo, a lesbo-homofobia, assim como outros fatores discriminatórios trazem repercussão à formação psicossocial da criança, proporcionando uma compreensão de sexualidade, influenciando representações de como deve se pensar o tema, de como deve ser o meu corpo e o corpo do outro.

A representação do corpo do outro constitui positivamente ou negativamente de forma visceral a identidade social do sujeito. E a escola com seus currículos, metodologias de ensino, teorias, materiais didáticos, processos de avaliação e normas é lugar das diferenças de gênero, sexualidade, etnia/raça e classe. Nesse sentido, Tomaz Tadeu da Silva (2011) afirma que o poder está escrito no currículo, através da seleção dos conhecimentos, revelando divisões sociais e legitimando alguns grupos em detrimentos de outros. Ele ainda argumenta que as

narrativas contidas no currículo, de maneira explícita ou não, corporificam noções sobre o conhecimento, como a sociedade se organiza em diferentes grupos sociais, assim estabelece o conhecimento que pode ser considerado legítimo, as formas de se conhecer que são válidas, dentre outras. As narrativas que fazem parte do currículo traduzem subliminarmente noções sobre quais os grupos sociais legitimados ou excluídos de qualquer representação.

A fronteira do corpo, assim como distinção entre interno e externo, se estabelece mediante a ejeção e a transvalorização de algo que era originalmente parte da identidade em uma alteridade conspurcada. Como sugeriu Irís Young, em sua leitura de Kristeva para entender o sexismo, a homofobia e o racismo, o repúdio de corpos em função de seu sexo, sexualidade e ou cor é uma expulsão seguida por uma repulsa que fundamenta e consolida identidades culturalmente hegemônicas em eixos de diferenciação de sexo/raça/sexualidade. Em sua apropriação de Kristeva, Young mostra como a operação de repulsa pode consolidar identidades baseadas na instituição do Outro, por meio de exclusão e da dominação. O que constitui mediante divisão os mundos interno e externo do sujeito é uma fronteira e divisa tenuemente mantida para fins de regulação e controle sociais. A fronteira entre o interno e externo é confundida pelas passagens excrementícias em que efetivamente o interno se torna externo, e essa função excretora se torna, por assim dizer, o modelo pelo qual outras formas de diferenciação da identidade são praticadas. Com efeito, é dessa forma o Outro vira merda. Para que os mundos interno e externo permaneçam completamente distintos, toda a superfície teria que alcançar uma impermeabilidade impossível. Essa vedação de suas superfícies constituiria a fronteira sem suturas do sujeito; mas esse enclave seria invariavelmente explodido pela própria imundície excrementícia que ele teme. (BUTLER, 2003, p. 191-192)

Desse modo, para ser considerado “normal”, o sujeito só teria duas opções: ser homem ou mulher, não restando nenhuma outra designação, da mesma forma que no campo da sexualidade, aqueles que não seguissem a matriz heterossexual, teriam um comportamento considerado desviante, sendo rotulados como homossexuais por não se relacionarem afetivamente ou sexualmente com o sexo oposto.

Embora essa concepção de homossexualidade ainda esteja em voga, algumas reflexões acerca do conceito de gênero como culturalmente construído, distinto do sexo, tido como algo natural, vem abrindo novas perspectivas em relação à temática. Nesse contexto, a análise das representações e as práticas sobre sexo/gênero/sexualidade elaboradas pelas/os educadoras/es passam a ganhar relevância na atualidade, quando mulheres e homossexuais passam a reivindicar seu espaço como sujeitos de direitos.

Destacamos que a produção de análises acerca de como as questões relativas a gênero/sexo/sexualidade está sendo trabalhada na educação infantil faz-se necessária para subsidiar as ações e práticas educativas que promovam uma educação não sexista, não racista,

não homofóbica e, não lesbofóbica, conforme previsto no II Plano Nacional de Política para as Mulheres. A presente proposta pretende colaborar neste sentido, uma vez que responder ao problema de pesquisa aqui proposto é imprescindível para compreender como a prática pedagógica estará favorecendo ou não à assimetria de gênero e suas interseccionalidades em indivíduos que ainda estão no primeiro nível da educação básica.

Posto isto, não podemos esquecer que a escola, local privilegiado de exercício de discursos pautados nas relações sociais de poder, se mostra um campo favorável tanto à reprodução como à contestação das hierarquias. Assim, é necessário perceber como isto ocorre, para efetivamente combater as desigualdades de gênero.

Referências

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Millet. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. **Gênero e Diversidade na Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. n. 4, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: DF, 2007.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Sexualidade e Gênero – uma abordagem conceitual. In: _____. (Org). *Ensaio sobre Educação, Sexualidade e Gênero*. Salvador: Helvécia, 2005. p. 09-20.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: avontade de saber**. Tradução de Thereza da Costa Albuquerque J.A. Guilhon Albuquerque. 17. ed.. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2006.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Tradução de Thereza da Costa Albuquerque J.A. Guilhon Albuquerque. 17. ed.. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2006.

FRANÇA, Elizete S. C. **Homossexualidade: qual a sua visibilidade na cultura escolar?**. In: FAZENDO GÊNERO 9, 2010, FLORIANÓPOLIS. FAZENDO GÊNERO 9, 2010. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=75. Acesso em 10 de julho de 2012.

HARAWAY, Donna. **“Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. Cadernos Pagu. 2004, n. 22, p. 201-246

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. Tradução de Rosa Krausz. São Paulo: Perspectiva, 2006.

RUBIM, Gayle. “**The traffic in Women: Notes on the ‘political economy’ of sex.**” In: Reiter (ed.), *Toward an Anthropology of Women*, New York: Monthly Review Press, 1975, p. 157-210. [Traduzido para o português e publicado por SOS Corpo e Cidadania]

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. **Realidade & educação**, Porto Alegre, v. 20, n. 02, p. 71-99, jul./dez. 1995

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva (org). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 10. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

9º Seminário LGBT do Congresso Nacional. Disponível em: <http://jeanwyllys.com.br/wp/page/9>. Acesso no dia 22 de julho de 2012.